

# A Imigração e as Minorias na imprensa e na televisão

Isabel Ferin Cunha  
Universidade de Coimbra

Nos últimos dez anos o fenómeno da imigração adquiriu uma visibilidade crescente na sociedade portuguesa. Portugal, um país tradicionalmente de emigrantes, tornou-se, em poucos anos, num país com 6% de população estrangeira e com mais de 10% da população activa constituída por imigrantes. Neste contexto a questão do *Outro* entre *Nós* constitui, de certa forma, um tema novo, ou melhor um tema com uma nova dimensão, na medida em que nas últimas décadas fomos um *Outro* ao emigrarmos, e por quatro séculos sempre nos relacionamos com um *Outro* no seu território de origem: as terras descobertas, as colónias, os territórios ultramarinos, o Império Colonial.

Não admira pois, que os discursos públicos — veiculados nos e pelos media — ignorem até cerca de 1992, esta realidade e a considerem um prolongamento, ou uma seqüela da descolonização. Porquê? Porque em Portugal, nesse momento, as questões relativas à imigração, ainda não estão suficientemente perceptíveis, enquanto as relativas aos grupos étnicos surgem ainda, na percepção pública, numa perspectiva de continuidade da descolonização e do Império. Em seguida, há um momento de tensão, perplexidade e temor sobre esta nova realidade, que se reflecte na construção de um novo discurso sobre o *Outro* — mais próximo das

políticas de imigração adoptadas pela Europa — e na progressiva assunção do conceito de minorias étnicas e do fenómeno imigração.<sup>1</sup>

O primeiro fluxo de imigração remonta, para muitos autores,<sup>2</sup> à década de 1960, período de grande emigração de mão-de-obra para França e Alemanha, substituída por cabo-verdianos. Um segundo fluxo de imigração estaria associada ao fim do Império, entre 1974-1977, acompanhando os cerca de 800.000 retornados das colónias. Uma terceira corrente, identificada na década de 1980, decorreria dos confrontos políticos e dos ajustamentos económicos nos PALOP, nomeadamente, em Angola, na Guiné-Bissau e Cabo-Verde. No final desta década dá-se o início da reinversão da corrente migratória portuguesa para o Brasil: brasileiros das classes médias, desiludidos com os diferentes planos económicos e o confisco das poupanças no chamado plano Collor de Mello, procuram em Portugal novas oportunidades. A partir da década de noventa, e apesar das sucessivas leis restriti-

<sup>1</sup> Ferin Cunha, I. *Nós e os Outros nos artigos de opinião da imprensa portuguesa*, Paris, Karthala, Revue Lusotopie, 1997, pp.435-467.

<sup>2</sup> Baganha, M. I. E Pedro Góis, *Imigração e Política: o caso português*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2001.

vas à entrada e permanência de estrangeiros, o número de imigrantes, e a diversidade das suas origens, não tem parado de crescer, estimando-se hoje em cerca de 400.000.

Devemos referir que consideramos os media instituições integradas nos contextos políticos, sociais e económicos do nosso país, sendo impossível estudar e analisar a Imprensa ou a Televisão, independentemente destes contextos. Com este pressuposto, os estudos que fomos realizando, isoladamente ou em equipa,<sup>3</sup> ao longo destes últimos dez anos (de 1992 a 2003) levam-nos a identificar três grandes períodos que correspondem não só a três grandes contextos políticos, económicos e mediáticos, como a três momentos de discursos publicados nos, e pelos, media sobre a imigração e as minorias étnicas.

A cada um destes três períodos atribuímos um “rótulo”, sintetizando as tendências temáticas e discursivas. Assim, designamos o primeiro período *Entre o Império e a Europa: 1992-1995*, em função da tensão presente nas peças e nas matérias — independentemente do quadrante político dos autores — entre um discurso de matriz colonial e um discurso de aproximação às políticas europeias. O segundo momento *Na Europa com os Quadros de Apoio: 1995-1998*, corresponde à assunção oficial da política europeia sobre a imigração, ao mesmo tempo que se abrem excepções tendentes a contemplar as necessidades de mão-de-obra exigidas pelo modelo de desenvolvimento adoptado. O terceiro e último período *Na rota da Globalização: 1999-2003*, reflecte —

<sup>3</sup> Fizeram parte destas equipas ao longo destes anos os seguintes investigadores: Verónica Policarpo, Teresa Líbano Monteiro, Rita Figueiras e João Queirós.

através dos discursos públicos — a aproximação das políticas portuguesas sobre a imigração às políticas europeias, bem como o esgotamento do anterior modelo de desenvolvimento fundado nas obras públicas e na construção civil. Nestes últimos anos nota-se, nos discursos públicos — produzidos por jornalistas, líderes de opinião, políticos, membros de associações de imigrantes e ONGs — uma progressiva consciencialização dos actores sociais, quanto à dimensão global do fenómeno imigração.

Quais os contextos políticos, económicos e mediáticos que caracterizam estes períodos? Entre 1992 e 1995, dá-se a ratificação dos Acordos de Schengen e a criação do Sistema de Informação Schengen, a 1<sup>a</sup> Regularização Extraordinária (Dec. Lei 212/92, 12/10/92) e a aprovação de um novo Quadro legal de Entrada, Permanência e Expulsão de Estrangeiros (Lei 59/93 de Março). No mesmo período, e na execução dos Quadros de Apoio Comunitários, adopta-se um modelo de desenvolvimento fundado nas grandes obras públicas, na construção civil e no sector imobiliário. O sector serviços expande-se, melhoram na generalidade os índices sociais. Os imigrantes residentes são cerca de 168. 000, maioritariamente originários dos PALOP. A imigração brasileira começa a ser perceptível mas, segundo alguns autores, seria nesse momento uma imigração privilegiada ocupando o “topo” da pirâmide social.<sup>4</sup> No contexto mediático, têm início os operadores privados de televisão (SIC e TVI), aprofundam-se novos projectos de imprensa e rádio — por exemplo, o Semanário

<sup>4</sup> Vianna, C. *A comunidade brasileira em Portugal* In: Janus 2001, Lisboa, Público/Universidade Autónoma de Lisboa.

Independente e a TSF — e, em simultâneo, dá-se o crescimento da publicidade e das indústrias culturais.

De 1992 a 1995, os discursos publicados assinalam o confronto entre o discurso de origem luso-tropical, e imperial, e a necessidade política de assunção dos Acordos de Schengen. Assistimos, então, no espaço público, nas páginas dos jornais, nos jornais televisivos, nas entrevistas de comentadores, nos líderes de opinião, à esquerda ou à direita, ao desenrolar desta tensão que corresponde a abdicar de um discurso de origem colonial, em que o *Outro* estava integrado no *Nós*, e ao nascimento de um novo discurso, fundado na necessidade de assumir o discurso institucional europeu sobre o *Outro*.

<sup>5</sup> O tema dominante é a criminalidade, sempre relacionada com as minorias étnicas, mais especificamente com os “Gangs de Jovens Africanos”, quase todos de nacionalidade portuguesa, mas associados, nos discursos públicos, à imigração. Mas também fazem notícia os realojamentos, integrados no Plano Especial de Realojamento (PER), nomeadamente o “Caso Quinta do Mocho”. No entanto, é o “Caso Vuvu” (mãe e filha com nacionalidade angolana impedidas de entrar em Portugal para visitar, respectivamente, o marido e o pai) e o “Caso Bairro Alto” (assassinato, por *skinheads*, no dia 10 de Junho de 1995, de um jovem português, de origem cabo-verdiana no Bairro Alto) que mais contribuirão para a discussão e elaboração de um discurso sobre o *Outro*, imigrante ou pertencente a uma minoria étnica.

<sup>5</sup> Ferin Cunha, I. e outros, *Os africanos na imprensa portuguesa: 1993-95*, Amadora, CIDAC/Câmara da Amadora, 1996.

A partir de 1996, e até 1998, este novo discurso é, por um lado, assumido institucionalmente e politicamente pelo Estado e pelo governo socialista, encontrando-se presente sob diversas formas no espaço público, na imprensa e na televisão. Convém assinalar que no ano de 1996 tem lugar um segundo processo de regularização extraordinária e criam-se — com o cargo de Alto Comissário, o Comissariado e o Conselho para a Imigração e as Minorias Étnicas — estruturas de apoio à integração. Por outro lado, em função dos programas de desenvolvimento enquadrados nos fundos comunitários, o discurso oficial de controlo da imigração contrasta com as práticas tolerantes frente aos empregadores de mão-de-obra clandestina. Neste contexto, os media e os diferentes actores presentes no espaço público tendem, ora a vitimizar, ora a criminalizar o *Outro* — imigrante legal, clandestino/indocumentado ou identificado como pertencente a uma minoria étnica — assumindo paulatinamente um discurso próximo à política oficial da EU e afirmativo da identidade europeia. Começa, assim, a surgir um discurso mais elaborado, mas também mais pragmático, sobre o *Outro*, na medida em que não só ele é necessário entre nós, pois assegura funções que os portugueses não exercem, como deve ser aceite dentro de determinados parâmetros de interesse nacional.

Tal como se referiu anteriormente, esta questão vai de 1996 a 1998. Não podemos esquecer que em 1998 estão em curso grandes obras públicas — os preparativos da Expo 98, a construção da Ponte Vasco da Gama, a auto-estrada do Sul, a barragem do Alqueva e o metro do Porto — e de construção civil, como o centro comercial Colombo. No panorama mediático

assinalam-se as tendências de concentração das empresas media (fusões e compra por grupos com interesses em áreas complementares e afins, como as telecomunicações) e a migração para a nova economia, a hegemonia da SIC frente à RTP e a TVI, entretanto abandonada pelo grupo ligado à Igreja, bem como a exploração nestes canais de novas estratégias e novos formatos. Todos estes factores contribuem para uma conjuntura política, económica e social que condiciona a percepção pública do país, num momento de grande expansão do consumo interno, emprego pleno e crédito fácil. Nos media, os discursos conciliadores reflectem esta agenda confiante no “progresso” e a imigração é tratada sobretudo na perspectiva do trabalho e dos acidentes de trabalho, enquanto no que se refere aos grupos étnicos os temas centram-se nas questões do crime, do realojamento e, esporadicamente, nas tentativas de integração escolar. Há a assinalar ainda que, neste momento, os discursos presentes no espaço público, confundem recorrentemente os portugueses pobres, de ascendência negra, vivendo em bairros problemáticos, com os imigrantes africanos, não tendo em consideração a sua nacionalidade portuguesa. Neste contexto as referências aos bairros “problemáticos” e aos “gangs juvenis” são frequentes, surgindo associadas — nos discursos dos partidos de direita — às questões securitárias e às crescentes exigências de contenção da imigração.

A partir dos finais de 1998, há uma nova alteração no discurso institucional, o que corresponde, em termos políticos, ao esgotamento de um modelo económico em Portugal e ao endurecimento das políticas comunitárias para a imigração. Assim, por um lado, há a noção de que o modelo de de-

envolvimento adoptado, fundado nas obras públicas, na construção civil, não poderá manter-se durante muito mais tempo e, por conseguinte, não poderá suportar muito mais o crescimento da imigração. Por outro lado, os acertos políticos realizados pelo então governo PS, para a viabilização dos orçamentos, levam a concessões políticas nesta área. Ao mesmo tempo, enquanto a imigração vinda dos Países Africanos de Língua Portuguesa, e do Brasil, parece estar controlada, começa-se a ter noção das vagas de imigrantes de Leste que chegam a Portugal.

Neste contexto político e social, surge o decreto Lei nº 4/2001 que institui o sistema de contingente de mão de obra, criando-se a Comissão Inter-Ministerial de Acompanhamento da Política de Imigração, que tem como função determinar as necessidades de mão-de-obra por sectores. Em 2001, dá-se uma nova regularização extraordinária de imigrantes, com base na posse de um contracto de trabalho. Com a eleição do novo governo PSD/CDS/PP, e a adopção de políticas económicas e sociais de cariz neoliberal — fundadas na propagada crise financeira e orçamental visando os sectores do trabalho, saúde e educação — adquirem grande visibilidade as reformas propostas ao Código de Trabalho e à política de imigração. Ao mesmo tempo, o aprofundamento da recessão económica mundial após o 11 de Setembro de 2001, e a Cimeira Europeia de Sevilha de Junho de 2002, cria novos contextos para a aprovação de medidas restritivas à entrada e permanência de imigrantes no espaço europeu. No contexto mediático, a falência das empresas da nova economia, arrastando os grupos media, e a contracção da publicidade levam a uma situação de grande concorrência entre os diver-

sos meios de comunicação, nomeadamente, entre os quatro canais de televisão de sinal aberto.

Tem-se então, um redimensionamento do discurso na praça pública, começando a divergir o tratamento conferido a estas matérias na imprensa de referência, na imprensa dita tablóide e na televisão generalista. Assim, a imprensa de referência tende a tratar as questões da imigração na perspectiva da agenda política nacional e europeia, apresentando destaques, dossiers e reportagens sobre as rotas da imigração mundial, acompanhados de quadros estatísticos, abordagens demográficas, económicas e sociais ao tema. Ao mesmo tempo, são frequentes os artigos de opinião e espaços conferidos a representantes dos diferentes quadrantes da sociedade e associações com o fim de expressar a opinião sobre as alterações à lei da imigração, bem como as reportagens expondo as vicissitudes da imigração, sobretudo a mais recente, advinda dos países de Leste. Os canais de sinal aberto, em função da natureza da linguagem da televisão, focando as mesmas temáticas, tendem a tratá-las de uma forma muito mais espectacular. No que respeita aos grupos étnicos, tanto a imprensa de referência como a televisão generalista tendem a identificar, ou pelo menos a associar alguns destes grupos com a imigração, consolidando na percepção pública, a ideia de senso comum, que os portugueses pobres, de ascendência negra, são imigrantes, estendendo-se esta percepção aos ciganos. Esta construção faz-se através das inúmeras peças jornalísticas que focam temáticas relacionadas com crime, droga e violência.

Resumindo, a partir dos finais de 1999, e até hoje, os discursos presentes nos me-

dia sobre a imigração e os grupos étnicos adquirem novos argumentos. Evocados pelos governos e pelos partidos políticos, estes argumentos estão definitivamente em consonância com as políticas europeias para a imigração, e centram-se em três pontos complementares: primeiramente controlar os fluxos e restringir as entradas no espaço Europeu, em seguida, assegurar contingentes de mão-de-obra barata para trabalhos não-qualificados e, finalmente, retardar o progressivo envelhecimento da população europeia e a subsequente degradação da protecção social.

Estes são, de uma forma geral, os discursos do espaço público sobre a imigração e as minorias étnicas. Estes últimos dois/três anos correspondem a um incremento de boas práticas na imprensa de referência com uma crescente especialização dos jornalistas no tratamento destas questões referentes, nomeadamente no que toca aos imigrantes oriundos dos Países de Leste. Boas práticas patentes no tipo de tratamento concedido a esta temática, contextualizando as matérias, recorrendo a dados estatísticos, procurando situar a imigração no contexto mais global da sociedade portuguesa, objectivando informar os diferentes públicos — do leitor comum aos imigrantes — dando a conhecer “estórias” de vida e experiências de imigração. Quanto às minorias étnicas, deve-se assinalar uma crescente correcção na abordagem de matérias relacionadas com o crime juvenil e a etnia cigana, quebrada de vez em quando no Verão — altura em que escasseia matéria-prima informativa apelativa — como por exemplo, no caso dos jovens que assaltaram em Julho de 2000 as bombas de gasolina de Oeiras e tentaram violar uma conhecida actriz de televisão.

No que se reporta ao tratamento conferido pelos jornais televisivos, de sinal aberto, a estas matérias, a situação é completamente diferente e deve ser analisada não só em função da natureza da sua linguagem, mas também, em função da crise económica promotora da concorrência desenfreada e de estratégias de captação de público. De uma maneira geral, os jornais televisivos tendem a focar as mesmas temáticas que se encontram na imprensa de referência. No que refere à imigração, têm sido muitas as peças, nomeadamente reportagens sobre os imigrantes originários dos países de Leste, as suas condições de trabalho e de vida.<sup>6</sup> Quanto aos grupos étnicos, a saliência conferida a temáticas relacionadas com a criminalidade, induz à utilização de imagens de arquivo para ilustrar notícias do momento, o que provoca uma distorção na informação. Acresce que a Televisão dirige-se a um público vasto e heterogéneo, sendo que a utilização de técnicas de filmagem e alinhamento têm impacto na percepção dos públicos, sobretudo quando fazem apelo às emoções e aos sentimentos primeiros de todos os seres humanos, nomeadamente ao medo e à violência, opondo o bem e o mal e instituindo, recorrentemente, os mesmos heróis e vilões.

---

<sup>6</sup> Ferin Cunha, I. *Imagens da Imigração em Portugal*, Media e Jornalismo, (2) 2003, pp. 71-87.